



História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Rinke, Stefan

“O continente ainda inexplorado”: a República Federal Alemã na era Adenauer e a
América Latina em contexto global

História Unisinos, vol. 17, núm. 2, mayo-agosto, 2013, pp. 71-80

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866792008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

“O continente ainda inexplorado”: a República Federal Alemã na era Adenauer e a América Latina em contexto global¹

“The unexplored continent”: The Federal Republic of Germany under the Adenauer era and Latin America in a global context

Stefan Rinke²

rinke@zedat.fu-berlin.de

Resumo: As relações entre Alemanha e América Latina no período da Guerra Fria ainda não foram estudadas de maneira intensiva. O Brasil não é exceção. Este artigo sustenta a tese de que atores transnacionais e suas redes foram cruciais para o restabelecimento destas relações após 1945, no período do governo de Konrad Adenauer na Alemanha Ocidental, até 1963. O artigo pretende apresentar uma visão panorâmica, lançando mais questões do que oferecendo respostas, pois uma investigação fundamental sobre as relações entre Alemanha e Brasil ainda está por ser feita. Em primeiro lugar, trata das percepções e expectativas do lado alemão no final da Segunda Guerra Mundial, as quais são a base para as relações propriamente ditas. Estas relações serão discutidas à luz de fontes alemãs e no contexto das conexões e do comércio global.

Palavras-chave: República Federal da Alemanha, governo Konrad Adenauer, relações Brasil-Alemanha.

Abstract: Relations between Germany and Latin America in the Cold War period have so far not been studied intensively. Brazil is no exception. This article argues that transnational actors and their networks were crucial in reestablishing these relations after 1945, in the period of the Konrad Adenauer administration in West Germany until 1963. It presents an overview that aims at raising more questions than answering them because fundamental research on German-Brazilian relations still remains to be done. It first addresses perceptions and expectations on the German side at the end of the Second World War which are the basis for the relations as such. These will be discussed in the light of German sources and in the context of global connections and commerce.

Key words: Federal public of Germany, Konrad Adenauer administration, German-Brazilian relations.

¹ Este artigo foi traduzido por Clarissa Schimunda Neher. O autor agradece a Georg Dufner pela providente contribuição nesse artigo.

² Freie Universität Berlin, Alemanha. Cátedra de História da América Latina e Instituto de Estudos Latino-Americanos.

Globalização não é somente uma palavra-chave importante em nosso presente, mas há alguns anos se tornou também um objeto de pesquisa. Desde a década de 1990, historiadores contribuem intensivamente com estudos focados nesse conceito. Assim, nos últimos anos, a história da Alemanha vem sendo vista e pesquisada a partir de um contexto global (sobre o tema ver Conrad, 2006). Dessa maneira, surgem novas perguntas para a escrita da história, que cada vez mais se desfaz da fronteira estreita dos paradigmas nacionais.

Qual foi a importância da relação com a América Latina? Do ponto de vista político, a América Latina, com certeza, não possuía (e não possui) mais um papel secundário para a Alemanha. Observadores informados poderiam argumentar que, na década de 1950, o subcontinente era ainda, depois da Europa oriental, o segundo mercado de exportação da indústria alemã. Entretanto, essa constatação mudaria, provavelmente, muito pouco a avaliação geral. Contudo, quando as relações internacionais são estudadas “além de homens e poderes” (Conze, 2007), novas dimensões se tornam claras. Especialmente os princípios da nova história global proporcionam aqui meios para alcançar novos resultados. Essas visões possibilitam o reconhecimento exato de redes e suas estruturas que marcaram a história recente.³

Até o momento, ainda há poucos estudos e resultados seguros nessa área. Pesquisas sobre a relação entre Alemanha e América Latina após a Segunda Guerra Mundial concentram-se tradicionalmente, por motivos econômicos, na história da diplomacia e limitam-se ao nível bilateral (Schönwald, 1998; Jerofke, 1993). Esses estudos são focados em duas áreas temáticas. Primeiro, na economia, por exemplo, com pesquisas sobre o paradeiro do patrimônio alemão na América Latina após a Segunda Guerra ou sobre trâmites do mercado de exportação (Kroyer, 2005). A outra área trata das questões sobre a emigração de alemães depois do final da guerra. Nesse caso, o interesse está focado, principalmente, nos chamados “ratlines”. A América Latina foi um destino de fuga de importantes nacional-socialistas como Erich Priebke, Otto Adolf Eichmann, Josef Mengele, Hans-Ulrich Rudel e Klaus Barbie (Meding, 1992). Nessa linha de pesquisa, há uma tendência imensa em criar mitos. Após a publicação do livro de Uki Goñi sobre a organização misteriosa “Odessa”, em 2006, essa intenção recebeu um novo impulso (Goñi, 2006). A tese central de Goñi sobre a fuga em massa de nazistas para a América do Sul, principalmente para a Argentina, foi muito contestada. Porém, essas críticas muitas vezes

eram movidas por motivos apologeticos (especialmente em Schneppen, 2008).

Entretanto, nós estamos ainda longe de terminar o retrato das relações entre esses Estados. Assim, faltam estudos sobre, por exemplo, cultura política ou relações militares. Há também uma grande lacuna nas pesquisas comparativas entre as políticas latino-americana e dos Estados alemães (sobre o tema ver Dufner, 2012). Ainda é mais difícil pesquisar sobre as redes existentes por trás de relações estatais. Contudo, essa linha de pesquisa é necessária, pois, após a Segunda Guerra e a criação das Nações Unidas, uma corrente de pensamento se tornou padrão em nível mundial, embora ela não tenha sido igualmente desenvolvida em todos os lugares.

Uma perspectiva mais ampla faz sentido, particularmente, para a Alemanha do pós-guerra. Nesse caso, é possível recordar uma tese, que já não é tão nova, mas igualmente importante: quanto mais fraco é um Estado nacional, mais forte é o papel de atores transnacionais não estatais no campo da política externa. E nunca o Estado nacional alemão esteve tão fraco quanto em 1945. Após a decisão do Conselho de Controle Aliado, a Alemanha deixou de ser um ator no cenário internacional. Com relação ao envolvimento da Alemanha na Era Adenauer com o resto do mundo, surge a pergunta: qual é o papel de atores transnacionais neste recomeço? O paralelo com 1918 é claro. Após o final de Primeira Guerra, a fraqueza do Estado também ficou evidente. Por fim, em 1918 foram os atores transnacionais que garantiram a continuação das redes de relacionamento e o rápido recomeço na América Latina (Rinke, 1996). O conceito de recomeço é, no entanto, absolutamente ambivalente. Principalmente no pensamento alemão havia muitas continuidades, e assim pode-se falar também em persistência de “um mapa mental”.

Se 1918 foi um recomeço, então essa situação fica mais evidente em 1945. O presente artigo parte da tese de que atores e redes transnacionais tiveram um papel fundamental também no período após 1945. No entanto, a seguir, não será produzido nenhum retrato definitivo. O artigo pretende estimular perguntas e perspectivas de pesquisa. Além disso, esse trabalho se concentra somente na República Federal Alemã. O período abrangido vai de 1945 até 1963 e corresponde à ascensão de Adenauer e seu governo. Primeiramente será discutida a questão sobre avaliações e expectativas – ou seja, as imagens alemãs da América Latina –, pois elas constituem uma base importante. A seguir será feita uma análise das relações entre a Alemanha e a América Latina no contexto da interdependência econômica mundial.

³ Esse é o contexto do grupo de pesquisa da DFG 955 “Akteure der kulturellen Globalisierung”, que iniciou seus trabalhos em 2008.

Imagens da América Latina: continuidade e transformação

Segundo declarações de Adenauer, no livro *Teegesprache*, na década de 1890, o jovem Konrad havia decidido emigrar para a América do Sul. Supostamente, ele havia lido muito sobre o tema (Adenauer, 1986, p. 267).⁴ O livro deixa em aberto o quão sério eram esses pensamentos do jovem de 17 anos. Todavia, é indiscutível que a ideia da emigração para a exótica América Latina passou pela cabeça de muitos alemães naquela época. Estimulados pelos livros de Karl May, esses alemães eram poucos em comparação com a corrente migratória que seguiu para os Estados Unidos (EUA). Contudo, essa emigração foi muito importante, principalmente para o Brasil e a Argentina, e estimulou a fantasia de muitos (Rinke, 2008).

A tomada ficcional de um continente estranho era fundamentada em um pensamento político mundial, que condizia com o espírito imperialista daquela época e legitimava a busca alemã de um “lugar ao sol”. Nesse contexto, os imigrantes alemães tinham um papel fundamental. No universo imperialista alemão, a esperança da formação da Nova Alemanha estava diretamente relacionada aos chamados *Auslandsdeutsche* (alemães no exterior) da América Latina. Segundo essa visão, os alemães que viviam na América Latina não eram “adubos culturais”, como nos Estados Unidos. Eles conservavam sua germanidade e influenciavam a elite latino-americana em favor do pensamento alemão. Na realidade, desde a criação do Império, a Alemanha era, cada vez mais, um ponto de referência para uma parte da elite de muitos países latino-americanos. Além disso, a elite desses países possuía uma forte inclinação para seguir a Europa, ainda que essa seja tradicionalmente direcionada à França. Desde a virada do século, a Alemanha era vista como um contrapeso e um parceiro potencial contra o ameaçador e próximo EUA. Especialistas alemães foram contratados e participavam, por exemplo, na educação e vida militar dessa região. Enquanto isso, um número cada vez maior de latino-americanos foi estudar na Alemanha. E, logo, essa oportunidade não era exclusiva da elite. Importantes intercâmbios ocorreram também nos movimentos de trabalhadores, sobre os quais pouco sabemos.

A esperança nos alemães e em seus descendentes que viviam na América Latina como “depósitos de carvão” (Kleinschmidt, 1926, p. 56) no mar da competição imperialista, segundo os pangermânicos, não se concretizou. Isso foi provado durante a Primeira Guerra Mundial. Entretanto, a derrota e a situação de desesperança que

atingiu o país em 1918 reacenderam a ideia de buscar novas possibilidades na região latino-americana. De fato, a maior corrente migratória alemã para a América Latina ocorreu no início da década de 1920. Durante alguns anos, esse movimento foi muito maior que a própria emigração para os Estados Unidos. Contudo, a América Latina revelou, o mais tardar durante a crise econômica mundial, não ser a “terra do futuro” imaginada por muitos (Penck, 1927).

A partir de 1933 surgiu então, sob novas condições, uma problemática “reaproximação”. Uma onda de refugiados da Alemanha nacional-socialista contribuiu para isso. Ao mesmo tempo, havia organizações ativas do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães em muitos países, o que serviu de pretexto para vários conflitos. A imagem da Alemanha também sofreu com essa situação, apesar de haver simpatizantes do nazismo na América Latina (Müller, 1997). Mesmo a entrada da maioria dos países latino-americanos na guerra, por pressão dos EUA, não diminuiu a sua simpatia pela Alemanha, embora essa admiração tivesse outros motivos. Em 1945, perante a reputação alemã completamente destruída, acreditava-se que, se ainda restasse alguma simpatia para com o país, essa estaria na América Latina (Schöllgen, 2005). Assim, já em 1949, Vollrath von Maltzan, um funcionário muito próximo de Ludwig Erhard na Associação Ibero-Americana em Hamburgo, disse:

Nós sentimos que possuímos certos recursos na América do Sul e Central – recursos que nenhuma ditadura, nenhuma medida de guerra e nem anos sem qualquer comunicação podem destruir. Os recursos de natureza ideal nos conservaram no mercado sul-americano (Erhard, 1953, p. 155).

Ludwig Erhard também já falava em 1953 sobre “a estreita ligação cultural e humana existente entre a Alemanha e o mundo ibero-americano” (Erhard, 1953, p. 154). Erhard e seus seguidores representavam uma parte expressiva da opinião pública alemã. Esse grupo propagava a ideia de uma abertura para o mundo em benefício do interesse próprio.

De certo modo, Adenauer pode ser visto como representante de uma opinião contrária. Ao mesmo tempo, é possível reconhecer nele certo desinteresse. No início de 1956, em comparação com a América Latina, Adenauer apontou a grande importância do “Oriente Próximo” para a política externa alemã.⁵ Dois anos após, ele revelou a Hans Globke seu ceticismo com relação à viagem à América do Sul devido aos altos custos do voo.⁶ Aparentemente, o chanceler federal só se interessava pela

⁴ Adenauer mencionou as colônias alemãs no Brasil.

⁵ Carta de Konrad Adenauer do dia 16 de janeiro de 1956 (in Adenauer, 1998, p. 133).

⁶ Carta de Konrad Adenauer para Hans Globke do dia 6 de fevereiro de 1958 (in Adenauer, 2000, p. 61).

América Latina quando havia alguma notícia sensacionalista ou manchetes negativas: um terremoto no Chile, Revolução Cubana ou infiltração comunista. Os boatos da década de 1950 sobre o paradeiro de Adolf Eichmann na Argentina e o seu sequestro chamaram um pouco a atenção de Adenauer em 1960. Para ele, era dever dos norte-americanos “se preocupar com a América do Sul” (Adenauer, 1992, p. 358).⁷ E ele permaneceu fiel aos seus princípios até mesmo durante a crise dos mísseis de Cuba, que em 1962 era vista como “a mais perigosa ameaça para a paz mundial desde 1945”⁸.

Assim como para a opinião pública alemã em geral, a América Latina era também para Adenauer uma região secundária e cada vez menos uma projeção da ideia utópica de uma volta ao cenário mundial. Contudo, essas declarações foram feitas em 1962. Nessa época, a República Federal Alemã era considerada um doador potencial entre os países que prestavam assistência às regiões subdesenvolvidas, e os EUA faziam pressão para que esse dinheiro chegasse também à América Latina, apesar da forte resistência dentro da Alemanha. Os EUA acreditavam que essa ajuda contribuiria para “vencer a dura luta contra o comunismo mundial”.⁹

Tanto as elites latino-americanas quanto a alemã se enxergavam como parte de uma comunidade de valores que deveria permanecer junta na luta contra a ameaça comunista. Nos discursos comemorativos, esse fato era sempre lembrado (por exemplo, Erhard e Prado, 1957). Por outro lado, no entanto, fala-se pela surdina – na imprensa alemã fala-se com frequência e abertamente –, muitas vezes de forma condizente, sobre países latino-americanos afundados em crise. O comentário da revista *Der Spiegel* mostra isso claramente. Em 1952, foi publicado um artigo sobre as subversões em Cuba e na Bolívia:

Para ibero-americanos conceitos abstratos como “santidade da ordem constitucional e do Estado de direito” ou “liberdade de adesão política” não fazem sentido. Eles precisam de um homem forte, que seja admirado como um toureiro audaz. O proletariado fortalecido deseja sentir que este toureiro veio do povo e que ele luta pelo povo com dedicação temperamental – o que todos os toureiros anteriores deixaram de fazer.

Os iberos querem ter comida suficiente sem precisar se matar trabalhando para isso. Entretanto, eles medem

seu sucesso como Estado e sua satisfação pessoal não pelo número de geladeiras, carros ou televisões, como os anglo-americanos, mas sim através de um código rigoroso frequentemente grotesco de “honorabilidade” coletiva e individual. [...]

Os iberos querem a liberdade. Contudo, eles a entendem como uma espécie de anarquismo individualista. Contanto que tenham o direito, [...] de andar sempre na contramão e de insultar com voz alta os burocratas gordos do governo (sem logo precisar jogar bombas), eles abrem mão, de bom grado, do privilégio, para eles nebuloso, de eleger entre vários partidos e concepções políticas diferentes.

Um homem forte é aquele que não se apresenta com um demônio disciplinar, leva em consideração essas coisas e conta, assim, com o apoio da massa do povo. Esse homem governa aos olhos iberos “democraticamente”. Isso pode parecer um pouco fascista, mas é uma realidade natural, contra o que fracassam as tentativas de educação norte-americana (Der Spiegel, 1952).

Não é de se espantar, perante os antecedentes de tal desprezo explícito na reportagem de tom racista, que essa apresentação de superioridade alemã – de modo um pouco dissimulado: europeia – permaneceu, apesar da ruptura de 1945. Declarações expansionistas e imperialistas, mais ou menos explícitas, marcaram a imagem da América Latina durante a Era Adenauer. Assim, o primeiro redator-chefe do jornal de Hamburgo *Zeit*, o nacional-conservador e teuto-chileno, Ernst Samhaber, escreveu em 1954 sobre o futuro da relação entre a Alemanha e a América Latina:

O continente ainda inexplorado, que em seu interior possuía um vazio demográfico, une-se à região industrial da Europa Ocidental e ao povo sem espaço. Esse por sua vez irá conquistar o espaço através de seus meios industriais, e não pela política, mas sim por meio da técnica e da economia (Samhaber, 1954, p. 285).

A argumentação remetia à ideia imperialista cultural da época do Império alemão e, sem hesitar, utilizou, além disso, vocabulário nacional-socialista. A percepção da América Latina como espaço de projeção ganhou força por causa do sucesso econômico e do novo instrumento de

⁷ A atitude de Adenauer com relação à América Latina mudou em 1962, após a fundação do Instituto de Solidariedade Internacional da Academia Política Eichholz, que era ligada ao partido União Democrata-Cristã. Em 1964, esse instituto se tornaria a Fundação Konrad Adenauer. O chanceler considerava o apoio aos partidos democrata-cristãos da América Latina uma ótima política assistencialista. Em 1964, a fundação já havia construído uma rede de representação na região.

⁸ Discurso de Adenauer de 26 de outubro de 1962 (in *Auswärtiges Amt*, 1989, p. 144).

⁹ Citação do Ministro das Relações Exteriores Heinrich von Brentano (in Adenauer, 2004, p. 511). Sobre a questão da assistência a países subdesenvolvidos: *Der Spiegel* (1961) e Krah (1961). Sobre a criação da assistência a países subdesenvolvidos: Dennert (1968).

assistência a países subdesenvolvidos, que evidenciou essa pretensão superioridade (van Laak, 2005, 2004, p. 408). Isso foi uma surpresa perante a realidade do final da guerra e dos primeiros anos da República Federal Alemã. Nesse período, o assunto era visto de forma diferente.

Problemas da reconstrução, 1945-1949

Durante os anos incertos após o final da guerra, todos os olhares estavam voltados para a América Latina. A pergunta de Georg Kessel, feita na primeira edição do *Zeit*, “podemos ter esperança?” se referia também às reservas de mercadorias dos países latino-americanos, como Argentina e Brasil. Essas reservas eram a esperança de um futuro promissor (Kessel, 1946). Perante a situação inicial, essa declaração foi uma surpresa, pois, após a entrada na guerra e, por consequência, em 1945, não havia representantes diplomáticos desses países na Alemanha. Além disso, a ocupação aliada impedia a retomada de relações oficiais.

Independentemente dessas condições, a forma como o capital alemão foi tratado na América Latina representou um ônus considerável para a relação futura. Em quase todos os países uma parte desse patrimônio foi confiscada.¹⁰ Com o final da guerra, uma parte foi devolvida e o resto ficou retido para compensar os danos causados pela guerra (Hastedt, 1970, p. 102-110). No caso da Argentina, as questões da restituição comprometeram as relações até o final do governo Adenauer. Devido à política interna problemática, a restituição era sempre adiada (Kroyer, 2005, p. 119-122).

Diferentes fatores foram responsáveis por essa grande esperança. Assim, a Argentina e o Brasil prestaram ajuda humanitária, fornecendo generosamente alimentos para a Alemanha, que se encontrava em estado de emergência (Meding, 1992, p. 52-53; Fernandes, 2005; *Die Zeit*, 1946). A revista *Wirtschaftsdienst* falou sobre uma América do Sul que “saiu fortalecida da guerra” (Schneider, 1950). Ao mesmo tempo, uma pesquisa da *Evangelisches Hilfswerk*¹¹ apontou que somente entre os refugiados da Alemanha Ocidental cerca de 750 mil desejavam emigrar. Perante as cotas impostas pelos EUA, a esperança voltou-se para a América Latina e especialmente para os países do Cone Sul, como já havia ocorrido na década de 1920. Entretanto, a emigração era problemática devido à situação política e, principalmente, à falta de divisas (*Die*

Zeit, 1949b). Contudo, havia exceções, como a Venezuela. Esse país estimulou a imigração de colonos e fundou, com apoio da emigração por parte da Alemanha, uma colônia que se tornou um exemplo (Turén) e deveria atrair mais emigrantes (Floto, 1991, p. 208-211).¹² Com a recuperação econômica da Alemanha, esse interesse foi logo deixado de lado pelos alemães.

Uma zona obscura de contatos indiretos, conhecida como “ratlines”, formou-se em paralelo aos refugiados econômicos. Assim, em 1946, o governo brasileiro enviou para a Alemanha uma missão militar que deveria retornar ao país trazendo capital humano em forma de técnicos alemães, entre outros. Contudo, até o final de 1948 a comissão obteve pouco sucesso, pois geralmente os aliados impediam a imigração (Bandeira, 1995, p. 52-54). Apesar de o Brasil ser um dos destinos de imigração mais importantes na América Latina, no início do período pós-guerra imigraram para o país cerca de 18 mil alemães apenas (Oliveira, 2005, p. 78-79). Em 1946, o governo dos EUA supôs que houvesse a vontade de constituir um regime nazista na Argentina, a pária entre a comunidade dos Estados. A imigração para a Argentina não foi quantitativamente muito diferente.¹³ No entanto, argentinos, como Gerald Steinacher aponta, haviam constatado recentemente que “pessoas com o passado comprometido [...] cobijavam emigrar para algum país da América do Sul rapidamente após a Segunda Guerra” (Steinacher, 2008, p. 252). Na Argentina, os esforços para trazer especialistas alemães obtiveram sucesso. Incentivados por tradicionais contatos científicos, muitos pesquisadores das ciências naturais foram para lá (Ley, 1995, p. 149-160). Assim, foram recrutados, por exemplo, técnicos em aviação que coordenariam a construção da indústria argentina de armamentos (Stanley, 1995, p. 161-183).

Os latino-americanos demonstravam interesse em mão de obra altamente qualificada e *know how*. Já os alemães estavam interessados, principalmente, nos mercados latino-americanos. Em 1947, com a fundação da Joint Export-Import Agency (JEIA), foram criadas as bases para o recomeço das exportações para a Alemanha (Cahan, 1950, p. 172-179). Durante a guerra, produtos como café, lã e algodão foram estocados pelos governos latino-americanos. Por isso, após o final da guerra, esses governos tinham um grande interesse no mercado alemão. Logo, o comércio foi permitido e, entre 1948 e 1949, a JEIA assinou acordos de compensação com o Uruguai, Argentina, Chile e Colômbia (Jerofke, 1993, p. 9). Outros

¹⁰ Isso aconteceu em partes somente após o final da guerra, como no caso da Venezuela em fevereiro de 1946 (Floto, 1991, p. 201).

¹¹ Uma organização da igreja luterana para prestar apoio aos necessitados após o final da Segunda Guerra.

¹² Como antes, quantitativamente o papel desempenhado pela Venezuela foi bem pequeno (Floto, 1991, p. 173-185). Ainda em 1953, Erhard considerava Turén um modelo (Erhard, 1953, p. 174).

¹³ Gerd Bucerius escreveu já em 1946 sobre nazistas que fugiram para a Argentina (Bucerius, 1946).

países, principalmente o Brasil, também lucraram com isso (Bandeira, 1995, p. 77).

Em geral, a venda do excedente de produtos possibilitou a reaproximação de contatos econômicos entre a Alemanha e a América Latina (Damm, 1965, p. 19). Por outro lado, esses primeiros contatos após a guerra revelaram também que ainda havia interesse nos artigos de origem alemã. Esses produtos continuavam sendo estimados pela sua qualidade. Eles foram uma moeda importante, com a qual era possível prosperar.

Nesse início, a Alemanha ainda não podia pensar em investir no exterior, pois foi proibida pelos aliados devido à falta de divisas. Essa proibição evitava o perigo da fuga de capitais e o desvio da capacidade de produção para o estrangeiro. Contudo, possibilidades positivas se delineararam nessa área. Assim, importantes redes foram reestruturadas com base no seu desenvolvimento antes da guerra. Um exemplo é a Câmara de Comércio Brasil-Alemanha, que retomou seus trabalhos em 1948 (Kellenbenz, 1979, p. 75). Já nos primeiros anos, a JEIA enviou especialistas alemães em economia para a América Latina com o objetivo de recolher informações (Neebe, 1991). Instituições como essas eram impulsionadoras econômicas e patrocinadoras de esforços político-culturais, no intuito de melhorar a prejudicada imagem da Alemanha. Esses esforços atingiram o seu apogeu em 1949, durante as celebrações dos 200 anos de nascimento de Goethe (*Die Zeit*, 1949a).

O auge das relações na década de 1950

Na Era Adenauer, entre as décadas de 1950 e 1960, a política externa da República Federal Alemã foi muito discreta na América Latina. Suas prioridades eram, principalmente, a relação entre as Alemanhas, os países europeus e as questões transatlânticas. Contudo, a normalização das relações comerciais, políticas e diplomáticas com a América Latina continuou sendo um objetivo do governo federal (Karthus, 1994). O interesse político dos latino-americanos na Alemanha era igualmente limitado. Um país como o Brasil tinha outras prioridades: a orientação interna dos problemas do Hemisfério e o desejo de adquirir um papel de liderança na América Latina (Oliveira, 2005, p. 160).

Entre 1951 e 1952, as representações diplomáticas foram restabelecidas em muitos países latino-americanos. Essa oficialização das relações entre os Estados foi a base para diferentes atividades (Auswärtiges Amt, 1987, p. 179-180; Floto, 1991, p. 193; Rall e Rall, 2004, p. 99).¹⁴ A partir de 1956, presidentes latino-americanos visitaram

a Alemanha em caráter oficial. Em 1964, Heinrich Lübke, um chefe de Estado alemão, foi para a América Latina (Auswärtiges Amt, 1987, p. 181). Imediatamente, os novos embaixadores alemães procuraram estabelecer contatos com “as colônias alemãs” e ajudaram na reconstrução de clubes alemães (Floto, 1991, p. 201-211). Os primeiros Institutos Goethe no estrangeiro foram fundados a partir de 1954, inclusive na Bolívia. Em pouco tempo, havia institutos em várias regiões da América Latina. Eles contribuíam consideravelmente para melhorar a imagem da Alemanha. De forma geral, entretanto, a questão econômica era ainda a mais importante. Pela primeira vez, um departamento para a América Latina foi criado no Ministério da Economia. Em março de 1951, um departamento semelhante a esse foi estabelecido no Ministério das Relações Exteriores (Jerofke, 1993, p. 12).

As esperanças econômicas na América Latina continuaram existindo durante alguns anos, como revelou uma pesquisa do Instituto Leibniz para pesquisas econômicas da Universidade de Munique (IFO) em 1952 (Neebe, 2004, p. 231). As principais condições desses negócios eram, por ora, a escassez de dólares – ou seja, as divisas que faltavam devido ao déficit da balança comercial – e acordos comerciais bilaterais (Buchheim, 1990, p. 111-119). A ascensão da Alemanha Ocidental foi importante para a liberalização da economia mundial (Buchheim, 1990). Principalmente os Estados Unidos, que tiveram o papel principal na reconstrução da economia alemã, estavam interessados na moderada ascensão econômica dessa região. A cisão Leste-Oeste incentivou essas opiniões. Assim, a América Latina era muito importante no início da década de 1950. Os latino-americanos queriam diminuir sua dependência dos EUA e retomar as atividades comerciais lucrativas que existiam antes da guerra. Além disso, os governos latino-americanos, por exemplo, o brasileiro, tinham medo que a Alemanha viesse a buscar matérias-primas na África devido à aproximação com a França após a declaração Schuman. Essa aproximação ameaçava os negócios comerciais desses países (Bandeira, 1995, p. 75).

Um problema fundamental nesse período foi a assinatura de contratos comerciais. No início, devido à escassez de divisas alemãs, foram feitos acordos bilaterais com uma lista de produtos preestabelecida. A médio prazo, desejava-se voltar ao comércio liberal. O primeiro contrato foi feito em 1949 com o Uruguai. No final de 1950 já haviam sido assinados contratos comerciais bilaterais com quase todos os países latino-americanos, com exceção da Bolívia e Venezuela (Jerofke, 1993).¹⁵ Esses foram os primeiros acordos comerciais entre Estados depois da guerra

¹⁴ O primeiro embaixador alemão na América Latina foi nomeado em maio de 1951 e foi indicado para o Brasil (Oliveira, 2005, p. 95).

¹⁵ Erhard considera o Uruguai “o país que iniciou a relação econômica alemã-sul-americana” (Erhard, 1953, p. 162).

e, por isso, eram extremamente importantes. Delegações econômicas oficiais foram enviadas da Alemanha para a América Latina e fecharam esses acordos com muita determinação. Assim como Ludwig Erhard constatou três anos após, em 1950 recomençava o tráfego ultramarino e o centro desse tráfego estava localizado na América Latina (Erhard, 1953, p. 155).

Devido ao déficit econômico, no primeiro acordo com o Uruguai vigoravam contingenciamentos. No entanto, os contratos assinados nos anos seguintes foram baseados nas ideias da política econômica de Erhard, que no contexto da proteção geral defendia a liberalização progressiva (Jerofke, 1993, p. 350; Erhard, 1953, p. 161-162). Assim, a partir de 1957, os acordos bilaterais foram substituídos por contratos multilaterais. A América Latina se tornou assim, ao lado do Oriente Próximo – o preferido de Adenauer – um dos centros de exportação fora da Europa. Esses centros deveriam substituir os mercados do leste europeu (Damm, 1965, p. 25-31).

Com essas bases, o comércio alemão-latino-americano prosperava. Essa recuperação muito rápida pode ser observada nas relações comerciais entre Brasil e Alemanha, que já em 1951 haviam atingido o mesmo patamar de antes da guerra. Nesse ano, o adido comercial brasileiro revelou na Alemanha sua admiração pela “abrupta ascensão industrial alemã” (Bandeira, 1995, p. 65). A expansão do comércio exterior com a América Latina ocorreu durante os anos de 1953 e 1955. O que antes era uma solução de emergência se tornou um compromisso duradouro. Durante essa fase, a América Latina possuía um mercado atrativo e era um interessante fornecedor de matéria-prima (Damm, 1965, p. 56). Era possível lucrar com o esforço dos latino-americanos, que tentavam conseguir sua independência dos Estados Unidos.¹⁶ Os países latino-americanos queriam se industrializar e importavam, principalmente, bens de capital (máquinas e veículos).

O comércio foi construído e apoiado em diferentes instrumentos de incentivos financeiros (Damm, 1965, p. 61). A fim de restabelecer a sua posição integralmente na América Latina, o governo alemão se esforçou em resolver problemas, por exemplo, o financiamento da exportação. Esse esforço foi provado no único caso pesquisado até o momento, o negócio dos ônibus elétricos na Argentina em 1952 (Neebe, 1991, p. 27-30). Esse objetivo foi alcançado em meados da década de 1950. A América Latina se tornou o mais importante mercado de exportação alemão após a Europa ocidental (baseado na tabela em Neebe, 1991, p. 379). A viagem de Erhard à América Latina em 1954 foi o auge desse processo (Samhaber, 1954, p. 285).

Entretanto, isso não iria durar muito. E, além disso, havia problemas. O déficit da balança comercial começou a aparecer, assim como Ludwig Erhard já havia anunciado em 1953 (Erhard, 1953, p. 157). No entanto, esse desequilíbrio foi apenas um sinal no comércio alemão-latino-americano. Na visão do governo federal alemão, o déficit foi causado pela política econômica protecionista dos latino-americanos. Os problemas da nacionalização e industrialização, sobretudo, nos estados em desenvolvimento no sul já eram conhecidos desde a crise econômica mundial. No entanto, agora eles apareciam como consequência da política econômica de substituição de importações dos regimes populistas argentino e chileno (Schönwald, 1998, p. 91). A estratégia autônoma de desenvolvimento dos países latino-americanos ficou conhecida. Políticos alemães acompanhavam desconfiados esse processo. Eles estavam presos a ideias tradicionais do sistema econômico mundial, que estava dividido natural e peremptoriamente entre fornecedores de matéria-prima e produtores de bens de consumo (Schneider, 1950, p. 38). Assim, Erhard escreveu:

Para o fortalecimento de um comércio produtivo com os sul-americanos, eles necessitam se direcionar mais para a agricultura e para a produção de matéria-prima, além de desenvolver a industrialização em áreas que aumentarão o volume e os lucros na produção de matéria-prima, em vez de inviabilizá-la (Erhard, 1953, p. 158).¹⁷

Segundo o lema de Erhard, os países latino-americanos deveriam aproveitar a sua vantagem natural de localização para produzir matéria-prima e estimular a agricultura. Além disso, eles deveriam deixar de lado a política de industrialização artificial, que só seria possível por meio de uma forte intervenção estatal. A visão latino-americana era muito diferente dessa; inclusive, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina havia declarado que a industrialização deveria ser a estratégia de desenvolvimento para o subcontinente. Entretanto, apesar das restrições dos adeptos dos dois lados, havia meios e caminhos para uma economia ativa.

A saída era investir no estrangeiro. Apesar das reações violentas da concorrência inglesa e norte-americana (Bandeira, 1995, p. 85-87), a partir de 1951 a Alta Comissão Aliada permitiu que a Alemanha retomasse os investimentos e a montagem de filiais no estrangeiro, inicialmente com o objetivo de aumentar a exportação. O Ministério da Economia era responsável pelos proces-

¹⁶ Os alemães sabiam disso (Schneider, 1950, p. 37).

¹⁷ Erhard cita o Caribe como um exemplo positivo (Erhard, 1953, p. 175).

sos de autorização. Contudo, no contexto do crescimento econômico houve uma liberalização gradual entre os anos de 1954 e 1956 (Jerofke, 1993, p. 22-23).

Ao mesmo tempo em que o nacionalismo econômico na América Latina era um estímulo, ele também era um impedimento. Um exemplo de estímulo gerado pelo protecionismo era a construção de fábricas em países como o Brasil. Um exemplo de impedimento era a frequente obstrução das atividades de empresas estrangeiras causada por toda espécie de chicanas criadas pelo governo (Bandeira, 1995, p. 85). Contudo, empresas alemãs como Krupp, Volkswagen e Rowenta logo estavam prontas para exportar capital para a América Latina (Bandeira, 1995, p. 81). O pontapé inicial foi dado no ano de 1952, e a Argentina, o Brasil e o México foram os principais destinos. Grandes empresas, como Mannesmann, Siemens, AEG, Volkswagen, Mercedes Benz, iniciaram suas atividades no Brasil quase ao mesmo tempo (Kellenbenz, 1979, p. 76-77; Nellißen, 1997, p. 71-78; Kruk e Lingnau, 1986).¹⁸ Por causa da incisiva legislação brasileira, até 1961 a Volkswagen aumentou em 100% a porcentagem na produção de peças fabricadas no país. A porcentagem no México ficou um pouco abaixo (Frerk, 1986, p. 14-16).

Na segunda metade da década de 1950, os investimentos compensavam de certo modo a evolução decepcionante do comércio. Principalmente os mercados asiáticos e o norte-americano se tornaram compradores dinâmicos de produtos alemães. Até mesmo o mercado africano havia se recuperado rapidamente. Enquanto isso, problemas estruturais internos, além dos econômicos mundiais, estagnaram uma parte da América Latina, com exceção do Brasil (Bührer, 1992, p. 255-256). Em 1960, a euforia que marcou o início da década de 1950 não existia mais. A elite alemã considerava a América Latina um local que poderia entrar em crise a qualquer momento, além de ser um pedinte incômodo de assistência para países subdesenvolvidos. Durante a dura rivalidade da guerra fria, essa assistência só seria dada em troca de compensações, o que implicava sobretudo a aceitação da chamada “doutrina Hallstein”, ou seja, a renúncia ao reconhecimento diplomático da outra Alemanha. Segundo a doutrina, a República Federal Alemã tinha o direito exclusivo de representar mundialmente a nação alemã (Booz, 1995). Nesse contexto, deu-se o rompimento das relações diplomáticas da República Federal Alemã com Cuba, em janeiro de 1963, após Fidel Castro reconhecer a soberania da República Democrática Alemã.¹⁹

Considerações finais

A América Latina era interessante para a República Federal Alemã enquanto ela podia solucionar os problemas do país. Durante a Era Adenauer, essa região foi muito importante para a volta da Alemanha ao mercado mundial. Graças à tradicional simpatia e às redes formadas, nessa região era possível adquirir experiência, além de obter lucros, que no futuro seriam bastante úteis durante a expansão para outras regiões. A curta e forte bonança do interesse econômico na América Latina entre os anos de 1947 e 1955 não foi apenas um episódio, mas lançou os alicerces para a presença alemã nessa região após 1945.

Esse sucesso foi baseado em redes transnacionais, que provaram ser surpreendentemente resistentes. O contato com a elite latino-americana não foi sempre espetacular, como no caso da Argentina durante o governo de Perón, mas teve um efeito duradouro. Os latino-americanos estavam interessados nos mercados europeus, principalmente alemão, como complemento e contrapeso do mercado norte-americano. O papel hegemônico dos EUA cresceu após a Segunda Guerra. E políticos alemães influentes reconheceram de imediato que não fazia sentido tentar abalar essa posição. Para eles, era importante não se meter em conflitos com os Estados Unidos. Afinal, eles estavam subordinados a tudo.

O procedimento dos representantes econômicos e as reflexões sobre as imagens latino-americanas na Alemanha de Adenauer mostram que padrões específicos se repetiam nas relações com esse subcontinente durante o período tratado nesse artigo. A consciência de entrelaçamentos globais estava voltada para a América Latina. É possível também encontrar referências ao “pensamento político mundial” do Império Alemão. Ainda há muito a ser descoberto sobre essa questão em pesquisas futuras. Um exemplo seria observar a questão com conceitos de espaço, especialmente, com a fórmula da legitimação de “espaços vazios” que ainda precisam ser conquistados ou explorados. Durante a Era Adenauer, a América Latina continuou sendo percebida na Alemanha como “o continente ainda inexplorado” ou “o último continente livre”, onde era possível se inscrever devido à própria “superioridade natural”, uma mancha branca no mapa de um mundo agora invisivelmente colonizado. O entusiasmo pela América Latina perdeu a sua intensidade no início da década de 1960. Entretanto, ela voltaria com tudo e com novos sinais, logo após a Era Adenauer, no decorrer dos acontecimentos de 1968.

¹⁸ Após a guerra, Adolf Eichmann trabalhou na fábrica da Mercedes-Benz em Buenos Aires.

¹⁹ Informação da nota do dia 14 de janeiro de 1963: Verbalnote der Bundesregierung über die Beendigung der Beziehungen zu Kuba (in Auswärtiges Amt, 1989, p. 145-146).

Referências

- ADENAUER, K. 1986. *Teegespräche 1955-1958*. Rhöndorfer Ausgabe. Berlin, Stiftung Bundeskanzler-Adenauer-Haus, 700 p.
- ADENAUER, K. 1992. *Teegespräche 1961-1963*. Rhöndorfer Ausgabe. Berlin, Stiftung Bundeskanzler-Adenauer-Haus, 700 p.
- ADENAUER, K. 1998. *Briefe 1955-1957*. Rhöndorfer Ausgabe. Berlin, Stiftung Bundeskanzler-Adenauer-Haus, 580 p.
- ADENAUER, K. 2000. *Briefe 1957-1959*. Rhöndorfer Ausgabe. Berlin, Stiftung Bundeskanzler-Adenauer-Haus, 580 p.
- ADENAUER, K. 2004. *Briefe 1959-1961*. Rhöndorfer Ausgabe. Berlin, Stiftung Bundeskanzler-Adenauer-Haus, 598 p.
- AUSWÄRTIGES AMT. 1987. *Die Bundesrepublik Deutschland und Lateinamerika: Eine Dokumentation*. Bonn, Auswärtiges Amt, 207 p.
- AUSWÄRTIGES AMT. 1989. *40 Jahre Außenpolitik der Bundesrepublik Deutschland: Eine Dokumentation*. Bonn, Auswärtiges Amt, 797 p.
- BANDEIRA, L.A.M. 1995. *Das deutsche Wirtschaftswunder und die Entwicklung Brasiliens: Die Beziehungen Deutschlands zu Brasilien und Lateinamerika 1949-1994*. Frankfurt am Main, Vervuert, 260 p.
- BOOZ, R.M. 1995. *Hallsteinzeit: Deutsche Außenpolitik 1955-1972*. Bonn, Bouvier, 230 p.
- BUCHHEIM, C. *Die Wiedereingliederung Westdeutschlands in die Weltwirtschaft 1945-1958*. München, Oldenbourg, 205 p.
- BUCERIUS, G. 1946. Zentralismus oder Demokratie. Disponível em: <http://www.zeit.de/1946/07/Zentralismus-oder-Demokratie>. Acesso em: 23/02/2008.
- BÜHRER, W. 1992. Der BDI und die Außenpolitik der Bundesrepublik in den fünfziger Jahren. *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte*, 40:241-261.
- CAHAN, J.F. 1950. The Recovery of German Exports. *International Affairs*, 26(2):172-179. <http://dx.doi.org/10.2307/2605591>
- CONRAD, S. 2006. *Globalisierung und Nation im Deutschen Kaiserreich*. München, Beck, 445 p.
- CONZE, E. 2007. Jenseits von Männern und Mächten: Geschichte der internationalen Politik als Systemgeschichte. In: H.C. KRAUS (ed.), *Geschichte der Politik: Alte und neue Wege*. München, Oldenbourg, p. 41-64. (Historische Zeitschrift: Beihefte N.F., 44).
- DAMM, U. 1965. *Die Bundesrepublik Deutschland und die Entwicklungsländer: Versuch einer Darstellung der politischen Beziehungen der Bundesrepublik Deutschland zu den Entwicklungsländern unter besonderer Berücksichtigung der Entwicklungshilfe*. Coburg, Biehl, 167 p.
- DENNERT, J. 1968. *Entwicklungshilfe geplant oder verwaltet? Entstehung und Konzeption des Bundesministeriums für Wirtschaftliche Zusammenarbeit*. Bielefeld, Bertelsmann, 100 p.
- DER SPIEGEL. 1952. Die letzten Revolten. 30 de abr., p. 21.
- DER SPIEGEL. 1961. Spielt Bonn mit falschen Zahlen? Gespräch mit dem Finanzminister der USA, Clarence Douglas Dillon. 14 de jun., p. 22.
- DIE ZEIT. 1946. Kurze Wirtschaftsmeldungen. Disponível em: <http://www.zeit.de/1946/10/Kurze-Wirtschaftsmeldungen>. Acesso em: 23/02/2008.
- DIE ZEIT. 1949a. Goethe-Feiern in Südamerika. n. 22. Disponível em: <http://www.zeit.de/1949/22/Goethe-Feiern-in-Suedamerika>. Acesso em: 23/02/2008.
- DIE ZEIT. 1949b. Ein Abenteuer der Politik. n. 41. Disponível em: <http://www.zeit.de/1949/41/Ein-Abenteuer-der-Politik>. Acesso em: 23/02/2008.
- DUFNER, G. 2012. *Chiles Entwicklung, der Kalte Krieg und politische Experimente: Beziehungen in Politik und Wirtschaft zwischen der Bundesrepublik Deutschland und Chile, 1949 bis 1980*. Berlin, Alemanha. Tese de Doutorado. Freie Universität Berlin.
- ERHARD, L. 1953. *Deutschlands Rückkehr zum Weltmarkt*. Düsseldorf, Econ, 296 p.
- ERHARD, L.; PRADO, A.B.B. 1957. *Die europäische Wirtschaftsgemeinschaft und der deutsche Außenhandel mit Iberoamerika Reden gehalten auf dem "Ibero-Amerika-Tag" in Hamburg am 12. Oktober 1957*. Hamburg, Ibero-Amerika Verein, 23 p.
- FERNANDES, E. 2005. *S.O.S. Europa faminta: Comitê de Socorro à Europa faminta - SEF*. Florianópolis, SC. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 177 p.
- FLOTO, J.H. 1991. *Die Beziehungen Deutschlands zu Venezuela 1933 bis 1958*. Frankfurt am Main, Lang, 262 p.
- FRERK, P. 1986. Volkswagen als Investor in Lateinamerika. *Deutsch-Brasilianische Hefte*, 1:14-16.
- GOÑI, U. 2006. *Odessa: Die wahre Geschichte: Fluchthilfe für NS-Kriegsverbrecher*. Berlin, Assoziation A, 400 p.
- HASTEDT, P.G. 1970. *Deutsche Direktinvestitionen in Lateinamerika: Ihre Entwicklung seit dem Ersten Weltkrieg und ihre Bedeutung für die Industrialisierung des Subkontinents*. Göttingen, Schwartz, 284 p.
- JEROFFKE, H.C. 1993. *Der Wiederaufbau der deutschen Wirtschaftsbeziehungen mit Südamerika nach dem Zweiten Weltkrieg: Die Genesis der vertraglichen Rahmenbedingungen 1949 bis 1958*. Frankfurt am Main, Lang, 393 p.
- KARTHAUS, N. 1994. Lateinamerika als Bezugsfeld der (bundes-) deutschen Außenpolitik. In: M. MOLS; C. WAGNER (eds.), *Deutschland-Lateinamerika: Geschichte, Gegenwart und Perspektiven*. Frankfurt am Main, Vervuert, p. 51-78.
- KELLENBENZ, H. 1979. Deutsche Unternehmer in Brasilien im 19. und 20. Jahrhundert. In: H.A. STEGER; J. SCHNEIDER (eds.), *Aktuelle Perspektiven Brasiliens: Referate des 1. interdisziplinären Kolloquiums der Sektion Lateinamerika des Zentralinstituts 06*. München, Fink, p. 55-79.
- KESSEL, G. 1946. Dürfen wir hoffen. Disponível em: <http://www.zeit.de/1946/01/Duerfen-wir-hoffen>. Acesso em: 23/02/2008.
- KLEINSCHMIDT, B. 1926. *Das Auslandsdeutschtum in Übersee und die katholische Missionsbewegung*. Münster, Aschendorff, 403 p.
- KRAH, H. 1961. Lateinamerika braucht unsere Hilfe. Disponível em: <http://www.zeit.de/1961/04/Lateinamerika-braucht-unsere-Hilfe>. Acesso em: 23/02/2008.
- KROYER, S. 2005. *Deutsche Vermögen in Argentinien 1945-1965: Ein Beitrag über deutsche Direktinvestitionen im Ausland*. Frankfurt am Main, Vervuert, 314 p.
- KRUK, M.; LINGNAU, G. 1986. *100 Jahre Daimler Benz: Das Unternehmen*. Mainz, Hasse & Koehler, 339 p.
- LEY, G. 1995. Deutsche Naturwissenschaftler an argentinischen Universitäten nach 1945. In: H.M. MEDING (ed.), *Nationalsozialismus und Argentinien*. Frankfurt am Main, Lang, p. 149-160.
- MEDING, H.M. 1992. *Flucht vor Nürnberg? Deutsche und österreichische Einwanderung in Argentinien 1945-1955*. Köln, Böhlau, 311 p.
- MÜLLER, J. 1997. *Nationalsozialismus in Lateinamerika*. Stuttgart, Heinz, 566 p.
- NEEBE, R. 1991. *Überseemärkte und Exportstrategien in der westdeutschen Wirtschaft 1945-1966*. Stuttgart, Steiner, 412 p.
- NEEBE, R. 2004. *Weichenstellung für die Globalisierung: Deutsche Weltmarktpolitik, Europa und Amerika in der Ära Ludwig Erhard*. Colônia, Böhlau, 620 p.

- NELLIßEN, F.J. 1997. *Das Mannesmann-Engagement in Brasilien von 1892 bis 1995: Evolutionspfade internationaler Unternehmens-tätigkeit aus wirtschaftshistorischer Sicht*. München, Beck, 480 p.
- OLIVEIRA, I. 2005. *Außenpolitik und Wirtschaftsinteresse: In den Beziehungen zwischen Brasilien und der Bundesrepublik Deutschland 1949-1966*. Frankfurt am Main, Lang, 337 p.
- PENCK, A. 1927. Südamerikas Lebensraum: Ein Zukunftsproblem der Menschheit. *Lateinamerika*, 9:824-825.
- RALL, D.; RALL, M. 2004. Deutschland und Mexiko: Geschichte ihrer Beziehungen. In: W.L. BERNECKER; M. BRAIG; K. HÖLZ, K. ZIMMERMANN (eds.), *Mexiko heute: Politik, Wirtschaft, Kultur*. Frankfurt am Main, Vervuert, p. 87-115.
- RINKE, S. 1996. "Der letzte freie Kontinent": *Deutsche Lateinameri-ka-politik im Zeichen transnationaler Beziehungen, 1918-1933*. Stuttgart, Heinz, 836 p.
- RINKE, S. 2008. Nach Norden oder Süden? Deutsche Auswanderer in den Amerikas im langen 19. Jahrhundert. In: J. RAAB; J. WIRRER (eds.), *Die deutsche Präsenz in den USA / The German Presence in the U.S.A.* Münster, LIT Verlag, p. 25-56.
- SAMHABER, E. 1954. *Südamerika von heute: Ein Kontinent wird neu entdeckt*. Stuttgart, Scherz & Goverts, 286 p.
- SCHNEIDER, A. 1950. Deutschlands Chance in Südamerika. *Wirts-chaftsdienst*, 9:36-39.
- SCHNEPPEN, H. 2008. Odessa: Vom Mythos zur Entmythisierung. In: H.M. MEDING, G. ISMAR (eds.), *Argentinien und das Dritte Reich: Mediale und reale Präsenz, Ideologietransfer, Folgewirkung*. Berlin, wvb, p. 315-330.
- SCHÖLLGEN, G. 2005. *Jenseits von Hitler: Die Deutschen in der Welt-politik von Bismarck bis heute*. Berlin, Propyläen, 399 p.
- SCHÖNWALD, M. 1998. *Deutschland und Argentinien nach dem Zweiten Weltkrieg: Politische und wirtschaftliche Beziehungen und deutsche Auswanderung 1945-1955*. Paderborn, Schöningh, 408 p.
- STANLEY, R. 1995. Der deutsche Beitrag zur argentinischen Luf-tfahrtentwicklung nach 1945: Das Wirken der Gruppe Tank in Argentinien, 1947-1955. In: H.M. MEDING (ed.), *Nationalso-zialismus und Argentinien*. Frankfurt am Main, Lang, p.161-183.
- STEINACHER, G. 2008. Argentinien als NS-Fluchtziel: Die Emi-gration von Kriegsverbrechern und Nationalsozialisten durch Italien an den Río de la Plata – Mythos und Wirklichkeit. In: H.M. MEDING; G. ISMAR (eds.), *Argentinien und das Dritte Reich: Mediale und reale Präsenz, Ideologietransfer, Folgewirkung*. Berlin, wvb, p.231-250.
- VAN LAAK, D. 2004. *Imperiale Infrastruktur: Deutsche Planungen für eine Erschließung Afrikas, 1880 bis 1960*. Paderborn, Schöningh, 480 p.
- VAN LAAK, D. 2005. *Über alles in der Welt: Deutscher Imperialismus im 19. und 20. Jahrhundert*. München, Beck, 228 p.

Submetido: 27/11/2012

Aceito: 30/04/2013